

A REFORMA DE 1920 NA MIRA DO INQUÉRITO DE 1926

Valéria Antonia Medeiros
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
em Educação: História, Política, Sociedade / PUC-SP

Neste texto pretende-se examinar a leitura que o *Inquérito de 1926*, organizado por Fernando de Azevedo, apresenta da Reforma do Ensino de 1920 proposta por A. Sampaio Dória¹ em São Paulo. Verifica-se que nas questões da Primeira Parte do *Inquérito*, referente ao ensino primário e normal, Azevedo solicita uma avaliação de aspectos específicos da referida Reforma. Verifica-se, ainda, que grande parte dos participantes do *Inquérito* reitera as propostas contidas no projeto de Dória, no entanto, geralmente não identifica que suas propostas, opiniões e considerações reportam-se ao que Dória já havia apresentado em seu projeto, promovendo, de certo modo, um efeito de originalidade evidenciado em todo o *Inquérito*.

Entende-se a relevância deste trabalho, visto que Azevedo atribuiu ao *Inquérito* um valor histórico decisivo, afirmando que muitas das idéias ali apresentadas animaram e foram incorporadas à Reforma do Distrito Federal, elaborada por ele, em 1928, inaugurando uma “nova política de educação no Brasil” - mas não só - as mesmas idéias, segundo Azevedo, já “mais claras e definidas”, teriam figurado no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, publicado em 1932, como também no *Código de Educação de S. Paulo*, por ele traçado em 1933, e, por fim, na fundação da *Universidade de São Paulo*, em 1934. Iniciativas, ainda nas palavras dele, resultantes do impulso inicial dado pelo *Inquérito de 1926*².

Dessa perspectiva, o *Inquérito* tem um peso decisivo, pois pautou as reformas renovadoras posteriores, bem como serviu de instrumento de delineamento e avaliação das políticas educacionais do período posterior à sua realização, garantindo a Fernando de Azevedo um controle do campo referente à política educacional. Assim, pode-se dizer que o alcance político do *Inquérito* foi maior do que *A Cultura Brasileira*³, também de autoria de Azevedo, considerada na literatura educacional como a obra de maior projeção do autor. Isso posto, pretende-se neste texto mirar a atenção, de maneira ainda não efetuada, no modo como é tratada a Reforma da Instrução Pública de São Paulo, de 1920 – elaborada por A. de Sampaio Dória, para identificar as intenções e estratégias que revelam o seu lugar, ou seja, decifrar porque o autor constrói um discurso sobre a reforma e como o faz.

Cabe salientar que a centralidade da Reforma de 1920 no discurso de Azevedo e nas respostas da maioria dos entrevistados não é identificada por um leitor que desconhece o texto da lei a regulamentou, ou mesmo a obra de Dória, publicada em 1923 - *Questões de Ensino – A Reforma de 1920 em São Paulo*. Nessa obra o autor esmiuça cada um dos aspectos integrantes de seu projeto de reforma, aponta o que foi eliminado na reforma decretada e apresentar seus esclarecimentos sobre os temas mais polêmicos da mesma. O conhecimento dessas duas peças (o texto da lei e a referida obra de Dória) são condições imprescindíveis para decifrar o lugar da Reforma de 1920 no *Inquérito*. Talvez, à época de publicação do *Inquérito* – 1926 - isso fosse mais perceptível para os leitores do jornal *O Estado de S. Paulo*⁴.

Para isto, serão destacados três aspectos: a) o objetivo do *Inquérito* anunciado por Azevedo; b) as questões propostas para a Primeira Parte (sobre o ensino primário e normal) e, finalmente, c) os participantes convidados e as respostas ao *Inquérito*. Em cada aspecto desses serão indicadas as estratégias e intenções de Azevedo que revelam o lugar produzido por ele para a Reforma de 1920.

A) O objetivo do *Inquérito de 1926*, por Fernando de Azevedo

“É preciso agitar o ambiente para que se desenvolvam, livres e vigorosos, e para que se forme, preposta à defesa desses ideais, uma colméia ativa de educadores e homens públicos, - de homens novos para novos tempos.” (Azevedo, 1957, p.34)

Azevedo abre o *Inquérito* anunciando a urgência da obra a cerca de um “problema capital em que entram em jogo os mais altos interesses da coletividade” - a obra educativa. Chama a atenção do leitor do jornal *O Estado de S. Paulo*⁵ para uma questão considerada fundamental para justificar a importância de sua iniciativa, ou seja, como realizar essa obra que deve ser “norteada não por homens, mas por princípios”? Responde ele que “o pronunciamento dos técnicos e o debate franco na imprensa e nas assembleias legislativas constituem elementos imprescindíveis ao esclarecimento dessas questões ventiladas sempre em todos os seus pormenores e estudadas a todas as luzes”. (Azevedo, 1957, p.31) Atitude que contrasta radicalmente, segundo ele, com o que se fez até então, ou seja, reformas

De iniciativa do poder executivo (...), esboçadas quase sempre debaixo de um sigilo impenetrável, sobem, como questões fechadas, à aprovação do Congresso justamente reconhecida por mera formalidade para transformação de qualquer projeto governamental, em lei. Apressadas na sua elaboração, geralmente clandestina⁶, de autoria de funcionários cujos nomes se mantêm em reserva, sem consulta preliminar às congregações, sem solicitação pública de sugestões e sem debate provocado na imprensa”. (Idem, p.31)

Um dia antes do início da publicação das respostas dos participantes, Azevedo escreve outro texto, introduzindo a Primeira Parte do *Inquérito* – O ensino primário e normal, no qual declara, mais uma vez, que o objetivo do *Inquérito*, na primeira fase, é o de “agitar uma questão que só lucrará com o debate franco, cujos rumores poderão despertar, para o trabalho fecundo, aqueles que porventura já cuidavam ter soado a hora de descansar indefinidamente sobre as soluções encontradas.” Condenando, novamente, a “cultura do menor esforço, da incompetência e da irresponsabilidade”; a “ingenuidade satisfeita com que nos comprazemos às vezes com a obra realizada”. Condena, igualmente, o “pessimismo destruidor”, o “fatalismo resignado”, mas também o “otimismo farto e radiante, de braços cruzados e de língua atada”. Opondo-se a essas atitudes, Azevedo apresenta-se como integrante de um grupo: “Somos francamente otimistas a respeito de nossas possibilidades e de nossos destinos. Por isto mesmo é que achamos (...) necessário todo e qualquer esforço que, partindo da crítica, tenha por fim a obra de reconstrução (...)” (Idem, p.37). Ainda, para ele, o silêncio de alguns expressa covardia ou interesse pessoal.

Contudo, Azevedo isenta de toda essa crítica, um “único diretor” que, segundo ele, “saiu nobremente a público para propugnar as idéias fundamentais da reforma que o governo o incumbiu de traçar”. (Idem, p.31) A princípio, um leitor que desconhece o fato mencionado, ficará na incógnita. Mas pode-se afirmar, com certeza, que esse único diretor é precisamente Antonio de Sampaio Dória. É o próprio Dória que informa ter iniciado, em 13 de novembro de 1920, uma série de conferências⁷ para defender o projeto de reforma que foi alvo de críticas. “Procedimento novo, nada cômodo, nem convidativo, mas considerado um dever, em um regime democrático”, “sair à praça”, explicando ao “povo”, “ombro a ombro”, as leis que serão formuladas. Ele proferiu oito conferências sobre os temas polêmicos do seu projeto de reforma que já havia sido aprovado, estando em tramitação sua decretação. (cf. Dória, 1923, p.83). Na verdade, o “povo” se restringia a alguns inspetores, normalistas, professores.

Azevedo não menciona, explicitamente, o nome de Dória, talvez porque entre os “reformadores” republicanos, supunha estar na memória dos leitores do jornal o fato mencionado, dispensando-o de um comentário mais exato ou, talvez, porque não quisesse comprometer-se pessoalmente com o referido diretor que havia sido alvo de polêmicas, poucos anos atrás. Mas é interessante o realce de Azevedo à atitude **pioneira** de Dória, visto que a razão das conferências “públicas” não foi exatamente a consulta pública – reclamada por ele - e sim o esclarecimento sobre aspectos polêmicos da reforma proposta, cuja tramitação no Congresso, com vistas à sua decretação, ocorria de modo conflituoso, mesmo que já aprovada. Sendo assim, Dória não saiu a público para consulta e sim, como o próprio Azevedo informa, para propugnar suas idéias. Sabe-se que Dória consultou alguns homens - mas não o público - para elaborar algumas de suas propostas, no entanto, não foi o primeiro a tomar essa atitude.

Ainda como justificativa a cerca do objetivo e da importância do *Inquérito*, Azevedo apresenta um diagnóstico preliminar da situação da escola pública, criticando a uniformidade descabida; a centralização, ou seja, a intervenção estatal exagerada; a falta de clareza quanto ao ensino primário e normal; o ensino primário que não cumpre nem a reduzida função alfabetizante e alguns aspectos sobre a escola normal. Críticas desferidas declaradamente à Reforma de 1925, considerada como uma “volta ao passado”, leia-se às primeiras reformas republicanas. Opondo a isso o “espírito de renovação” da Reforma de 1920 - passado mais recente, porém não enterrado. Desse modo, Azevedo atribui à Reforma de 1920 a condição de um marco que rompeu com esse passado – não tão recente, porém já enterrado, por ele. Ao estabelecer uma relação direta entre as primeiras reformas republicanas e a Reforma de 1925, Azevedo caracteriza a reforma vigente como sendo a expressão do “espírito velho”, “ultrapassado”, “fora de seu tempo”. Embora não desmereça de todo as reformas de 1892, indicando o mérito das mesmas, no seu tempo, afirma que nem mesmo os próprios organizadores daquelas reformas – Bernardino de Campos, Cesário Mota, concordariam com o “retorno ao passado”, tão diferente do presente em questão. De outro lado menciona a Reforma de 1920, em geral de modo implícito, considerada em acordo com as “modernas idéias sociais e educativas”, portanto, “dentro de seu tempo”, mas que devido aos “espíritos velhos e resistentes” não teria logrado sucesso, em São Paulo⁸.

Evidencia-se a insistente negatividade da narrativa de Azevedo, quando apresenta o diagnóstico do ensino vigente, bem como quando analisa a legislação em torno da Reforma de 1925, tanto no que diz respeito à denúncia da ausência, quanto à desqualificação do que existia. Um diagnóstico marcado por expressões como “ausência absoluta”; “nada se tem feito”; ou pela caracterização do ensino popular em vigência como sendo “tradicionalista, individualista e teórico”; “uma pedagogia oficial retrógrada encastelada na rotina e emparedada de preconceitos”; “fetichismo pedagógico, supersticioso ou calculado”. Azevedo utiliza-se, também, da metáfora das “águas paradas”, “triste sintoma dessa mentalidade sobrevivente”. Compara, ainda, a Reforma de 1925 a uma cabeleira postiça em relação às reformas de 1892. E identifica nas atitudes dos professores, apatia, submissão, servilismo. Desse modo, sugere uma situação de estagnação, mesmice e atitudes de conformismo, desinteresse, subserviência. Para contrapor-se a isso, utiliza-se da metáfora da colméia, para caracterizar o que estaria prestes a acontecer, sugerindo movimento, vivacidade, funções definidas, envolvimento coletivo, organização, constante atividade com um fim definido e compartilhado por todos.

B) Sobre as questões propostas (Primeira Parte)

A maior novidade do *Inquérito*, segundo seu organizador, era a publicação das opiniões de homens de “alta qualificação e muitos de larga experiência no magistério e no trato dos problemas de ensino”, entre outras qualidades e qualificações destacadas por Azevedo sobre os participantes.

Ressalta-se, novamente, que a publicação do *Inquérito* no jornal iniciou-se com a apresentação de um texto - Abrindo o Inquérito - de autoria de Azevedo, no qual ele responde, em primeira mão, a cada uma das questões que formulou aos participantes. Embora não declare tal intenção, é possível confirmá-la, mediante o diagnóstico prévio, já mencionado, que Azevedo apresenta, também indicando suas propostas para a organização de uma “nova” política educacional, de base nacional. Assim, possivelmente, pretendia direcionar a leitura do *Inquérito* no sentido da percepção da desejada unanimidade das opiniões, atestando o acerto de seu diagnóstico e projeto, como declara nos textos de conclusão.

A respeito do questionário, Azevedo afirma que abrange o “problema na sua complexidade e por todas as suas faces”, abrindo “debate sobre questões de grande alcance, que precisam ser atacadas seriamente”. Na Primeira Parte foram propostas dezesseis questões que podem ser agrupadas da seguinte maneira: as duas primeiras solicitam um diagnóstico geral sobre a situação do aparelho pedagógico em relação ao progresso material de São Paulo, bem como um diagnóstico específico sobre o ensino normal e primário, solicitando a apresentação das falhas e erros mais graves de sua atual organização; na sequência há seis questões sobre a situação do ensino primário; uma sobre a assistência

técnica e a inspeção do ensino; duas questões sobre o ensino normal; uma sobre a atuação da família; uma sobre a formação de professores; uma sobre a Faculdade de Educação proposta na reforma de 1920 em comparação com a reforma de 1925 e, finalmente, uma questão sobre a seleção de professores. É interessante registrar, ainda, que as questões foram elaboradas de modo a induzir para a resposta desejada, contrariando a afirmação insistente de Azevedo que o *Inquérito* oferecia a oportunidade para um debate franco e **livre**.

Quanto à Reforma de 1920, observa-se que, se de um lado era explicitamente mencionada no enunciado de uma questão apenas - a que solicita um comentário sobre a Faculdade de Educação, por outro lado, todas as questões, implicitamente, solicitavam que os participantes se posicionassem em relação aos aspectos mais polêmicos e, de certo modo inovadores, que marcaram a Reforma de 1920 (a preocupação com o analfabetismo, a escola primária de dois anos para atender o maior número de crianças e as funções da escola primária).

Contudo, somente um leitor inteirado dos debates sobre a mesma (as discussões na Câmara, as notícias publicadas na imprensa e em revistas especializadas sobre a discussões; e as conferências proferidas por Sampaio Dória, por ocasião da tramitação da Reforma, bem como as críticas desferidas sobre alguns dos aspectos mais polêmicos) poderia identificar que, basicamente, todas as perguntas implicavam um questionamento sobre a Reforma de 1920. Mais uma vez, destaca-se o lugar central, ao mesmo tempo que oculto, produzido por Azevedo em relação a essa reforma. No entanto, na maioria das vezes, as citações às medidas contidas na Reforma de 1920, destacam a positividade, o avanço, as características de modernização das medidas em jogo, seja pelo efeito, geralmente, implícito contido na narrativa de Azevedo, bem como em algumas respostas de alguns dos participantes, seja em citações declaradas de apoio e crédito à reforma mencionada. Com relação à Reforma de 1925, o procedimento é oposto, pois as críticas eram claramente desferidas em todos os sentidos e situações em que a mesma era mencionada.

C) Sobre os participantes convidados e as respostas

Quem deve ser chamado a se pronunciar a cerca de “tão altos interesses da coletividade”? Azevedo anuncia aos leitores do jornal que será apresentada a opinião dos “entendidos em condições de se pronunciarem livremente sobre a matéria”. (Azevedo, 1957, p.41). O autor esclarece que entre as pessoas consultadas, não “figura nenhuma das autoridades oficiais”. Está evidente que não foi uma consulta ampla. Havia critérios para a escolha dos participantes⁹. Alguns desses critérios são conhecidos – a maioria dos convidados integrava a Sociedade de Educação em São Paulo, outros eram colaboradores do jornal *O Estado de S. Paulo*). Outros critérios foram anunciados - todos estavam envolvidos diretamente com a escola pública primária e/ou normal, conforme a breve, mas generosa biografia apresentada por Fernando de Azevedo, a título de introdução às repostas de cada participante solicitado¹⁰.

Após a publicação de todas as entrevistas, Azevedo apresenta aos leitores mais dois textos de sua autoria - As conclusões de nosso Inquérito e Ainda as conclusões de nosso Inquérito, nos quais, novamente, repõe a mesma avaliação das reformas mencionadas nos textos de introdução ao *Inquérito*. Promove no leitor, de modo incontestável, o desejado efeito de unanimidade e o acertado diagnóstico prévio feito por ele mesmo. Assim, conclui que chegou, finalmente, o momento propício para a realização da tão almejada obra educativa, “norteada por princípios e não por homens”, visto que apesar das diferenças entre os participantes, está presente no espírito de muitos os princípios renovadores, ainda que alguns persistam em sua “resistência passiva”(Azevedo, 1957, p.120).

Na avaliação das respostas ao *Inquérito*, Azevedo afirma: “Os pareceres emitidos por autoridades acima de qualquer suspeita, harmonizam-se de tal maneira, nas idéias substanciais, que nos deixam a impressão de já estar viva, nas consciências independentes, a necessidade de uma reação de cultura e de ideais, nesse departamento do ensino público”. (Idem, p.110) O que se sugere é que se está diante de um inimigo adormecido, porém resistente (“resistência passiva”), que deve ser vencido por uma **“reação de cultura”** a ser realizada pelo esforço coletivo – uma colméia de consciências vivas e de espíritos renovadores - bem de acordo com os ventos modernos de seu tempo.

Ao que parece, pouco muda entre a introdução e as conclusões, ou seja, parece haver pouca influência dos depoimentos nas idéias de Azevedo, uma vez que seu plano já estava basicamente traçado na sua forma mais abrangente. Isso pode ser atestado quando Azevedo afirma que embora seu diagnóstico sobre a escola primária tenha sido severo desde os primeiros artigos que anunciavam o *Inquérito*, foi, no entanto, “homologado de maneira mais eloquente”, pelas opiniões consultadas. Apesar de apresentar “quem é quem”, faz abstrações das diferenças presentes entre os participantes do *Inquérito*. Faz, também, algumas apropriações dos depoentes, ao mesmo tempo que os exclui. Se há discordâncias, referem-se, segundo ele, a alguns aspectos ou “detalhes” dentro do “sistema”, o que, no seu julgamento, o autoriza a falar de um discurso único.

Por que não partir para uma investida definitiva? Já que havia “homens de espírito novo” - tais como os consultados pelo *Inquérito*, os quais comungavam com a “primeira tentativa” de renovação – leia-se: Reforma de 1920 - e que saudaram de “chapéu na mão” a “bandeira renovadora que mal hasteada, já arriavam os reformadores de 1925”. (Azevedo, 1957, p.114)

O sucesso parecia certo.

NOTAS

¹ A análise aqui apresentada sobre a Reforma de 1920 constitui-se parte da pesquisa de doutoramento, em andamento, sob a orientação da Prof. Dra. Mirian Jorge Warde.

² Cabe ressaltar que o *Inquérito de 1926* é uma peça já bastante examinada por diversos autores e de diversas perspectivas, tais como: CARVALHO, 1986; MATE, 1991; LARIZZATTI, 1999).

³ Verifica-se nessa obra - *A Cultura Brasileira* - que Azevedo repõe a Reforma de 20 de modo semelhante ao que fez no *Inquérito*, porém com um destaque apenas pontual em sua narrativa. Nessa obra Azevedo afirma que a reforma empreendida por Antonio de Sampaio Dória, em 1920, em São Paulo foi o primeiro alarma no caminho da renovação escolar, tendo Sampaio Dória conduzido uma campanha contra velhos métodos de ensino. Contudo, não vingou, pois, segundo ele, encontrou resistências muito fortes, além de ter se limitado ao ensino primário e se concentrado na transformação de métodos e técnicas de ensino. Apesar de ser um comentário bastante restrito, verifica-se o fato do autor tomar a “Reforma Sampaio Dória” como a primeira de caráter renovador, produzindo de um lado o “apagamento” das reformas educacionais das primeiras décadas da República, e de outro lado, embora Azevedo tenha destacado e até elogiado em certa medida a Reforma de 1920, também produziu seu “apagamento”, já que desconsiderou todo o conjunto de medidas decretadas, as quais não se limitaram ao ensino primário. Nesse sentido, Azevedo colaborou para a produção de uma memória a respeito dessa reforma, cuja característica marcante estaria na limitação ao ensino primário. Mesmo assim, não se pode desprezar o fato de Azevedo, a despeito de suas críticas, apoiar-se na Reforma de 1920, para, então, afirmar sua própria reforma.

⁴ O *Inquérito de 1926* foi publicado três vezes: a primeira no jornal *O Estado de São Paulo*, depois em 1926; no formato livro, em 1937, sob o título *A educação pública em São Paulo* e em 1957, em segunda edição, sob o título *A Educação na encruzilhada – Problemas e discussões*, integrando na mesma um Prefácio e a Introdução – escrita para a edição de 1937, bem como o texto, igualmente de autoria de Azevedo - Abrindo o Inquérito, publicado no jornal em 1926. A publicação do *Inquérito* no jornal foi dividida em três partes (ensino normal e primário; ensino técnico e profissional; ensino secundário e superior), cada uma com seu respectivo questionário e entrevistados específicos. Na edição estudada, a de 1957, só foi considerado o que Azevedo escreveu em 1926, como introdução ao *Inquérito* – Abrindo o Inquérito, a introdução da Primeira Parte – Ensino primário e normal, publicada um dia antes do início da publicação das respostas do primeiro entrevistado e as conclusões de Azevedo, publicadas após a apresentação das respostas da Primeira Parte. O Prefácio (escrito em 1956) e a Introdução (da publicação de 1937) não foram tomados para esse estudo, apesar de apresentarem estrutura semelhante, porém com maior carga de “hipérbole jornalística”.

⁵ O *Inquérito de 1926* foi encomendado por Júlio Mesquita Filho, um dos principais acionistas do jornal *O Estado de S. Paulo*. Sabe-se que para o “Estado” a produção da “opinião pública” era muito importante. Nesse sentido, O *Inquérito* é promovido com o intuito de apresentar o consenso em torno de uma proposta de plano nacional para o ensino, cuja preocupação marcou a atuação de Júlio de Mesquita Filho. Sabe-se da ocorrência de mais quatro inquéritos sobre o tema educação: *Inquérito de 1914*; *Inquérito sobre o que os moços lêem*, de 1927, por Lourenço Filho; *O problema Universitário*, de 1928, realizado pela ABE e *O Inquérito sobre o Ensino Universitário* do Rotary Club de São Paulo, de 1929.

⁶ É curiosa essa consideração, especialmente em relação a autoria dos projetos, visto que a maioria das reformas republicanas do ensino público paulista tinha seus organizadores amplamente conhecidos. Não estaria Azevedo, implicitamente, reclamando do modo como a Reforma de 1925 foi decretada? Possivelmente o significado desse comentário de Azevedo seja mais um elemento que compõe o conjunto de estratégias, por ele acionadas, para

desqualificar tudo o que foi feito até então, em particular a Reforma de 1925, pinçando nesse contexto obscuro apenas uma iniciativa destoante, porém não suficiente – a Reforma de 1920, para, finalmente, alçar à condição de obra decisiva sua própria iniciativa

⁷ Seguem os temas, datas e locais das oito conferências proferidas por Dória: 1ª Conferência - Desfazendo intrigas: 13/11/1920, provavelmente na Capital. 2ª - Inspeção escolar: 11/1920 – Piracicaba. 3ª - Nacionalismo no ensino: 12/1922 (Dória não informa o local) 4ª - Autonomia didática: 12/1920 (também não há informação sobre o local. 5ª - Bases da educação moral: 3/1921 – Campinas. 6ª - A educação cívica: 7/4/1921 – Escola Normal da Capital. 7ª - Disponibilidades: 21/4/1921 (não há informação sobre o local). 8ª - Inteligentes, sim; decoradores, não (ao que parece foi proferida em uma solenidade de comemoração, à convite do Sr. Dr. Carlos da Silveira, talvez após a exoneração de Dória, em abril de 1920).

⁸ Entre tantas, uma das consequências do drástico diagnóstico sobre o ensino público paulista promovido por Azevedo, é o efeito de desfazer, de desvanecer “a ilusão de suas apregoadas perfeições”. Fato que não será aqui tratado, mas que pode indicar porque, dois anos após a publicação do *Inquérito*, Azevedo organiza a reforma da Instrução Pública no Rio de Janeiro.

⁹ Dóris Larizzati afirma que foram convidados para responder a Parte I do *Inquérito*, “justamente aqueles educadores cuja carreira estava relacionada à de Dória, isto é, Francisco Azzi, Almeida Jr., Renato Jardim, José Escobar, Sud Mennucci e Lourenço Filho. Esta afirmação é questionável, pois embora estes “educadores” fossem, de algum modo, próximos à Dória, não há indicações, nesse sentido nos comentários de Azevedo. Além disto, o estudo da própria autora - Larizzati - oferece elementos para afirmar que estes “educadores”, juntamente com A. de Sampaio Dória e vários outros, transitavam por determinadas instituições que tiveram atuação marcante e decisiva na vida política e cultural de São Paulo, nas décadas de 1910, 1920 e 1930, tais como: a Escola Normal da Praça, o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Sociedade de Educação. Alguns deles com uma participação mais definida e comprometida, outros nem tanto. Contudo, faziam parte de uma “rede de relações” que os aproximava, mais ou menos, de diferentes modos e em diferentes conjunturas. O que não significa dizer que havia entre eles unidade teórico-prática, apesar de que, dependendo do tema em debate e da situação específica em que se encontravam, compunham-se em torno de alguns “consensos”. A explicitação mais específica das relações entre as pessoas que compõem esta “rede”, já é objeto de investigação do referido projeto de tese de doutoramento que está em curso.

¹⁰ Registra-se aqui apenas um breve comentário sobre cada entrevistado: Francisco Azzi: advogado, lente catedrático da Escola Normal de casa Branca. Almeida Jr.: médico, lente da Escola Normal do Brás. Renato Jardim: ex-professor catedrático e ex-diretor do ginásio de Ribeirão Preto e da Escola Normal da Praça. José Escobar: Professor da Escola Normal da Praça. Sud Mennucci: delegado regional de ensino, homem de letras, imprensa e magistério. Lourenço Filho: professor de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal da Praça.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Fernando de. 1957. *A educação na encruzilhada*. São Paulo, Melhoramentos (O Inquérito de 1926)

_____. 1963. *A cultura brasileira*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. 1986. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. São Paulo, USP. (tese de doutoramento)

DÓRIA, Antonio de Sampaio. 1923. *Questões de Ensino - A Reforma de 1920 em São Paulo*. vol I, São Paulo, Monteiro Lobato & Cia Editores.

LARIZZATTI, Doris Sathler de Souza. 1999. “A luz dos olhos de um povo”: os projetos de educação do jornal *O Estado de S. Paulo*. 1920-1934. PUC/SP. (dissertação de mestrado).

MATE, Cecília Hanna. 1991. *Dimensões da educação paulista nos anos 20: inquirindo, reformando, legitimando uma Escola Nova*. PUC/SP. (dissertação de mestrado)